

Conhece-te a ti mesmo.*

Goffredo Telles Júnior

Catedrático de Introdução à Ciência do Direito na
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

O homem não nasce livre. Æle se faz livre à medida que se torna racional. “Conhecereis a verdade, e a verdade vos fará livres”, escreveu São João. (1)

Realmente, no nascituro e no recém-nascido a existência da liberdade e da razão é análoga à existência da planta na semente: é potência, à espera da hora para desabrochar-se em ato. A semente não é a planta, o recém-nascido não é o homem livre.

Nenhum sêr começa por ser o que é. Antes de ser o que é, o sêr era outra cousa, que tinha a capacidade de produzi-lo. Aliás, o sêr não é apenas o que é; é, também, o poder de ser outra cousa. *Ser o que é* chama-se *ato*; *poder de ser* chama-se *potência*. Todo sêr é um composto de ato e potência. A semente e o recém-nascido, como atos, são semente e recém-nascido; como potências, são o poder de ser planta e o poder de ser homem.

A idéia de que o homem *se faz* livre só pode ser plenamente compreendida por meio das noções de potência e ato. Acho-me, pois, na contingência de recordar esta

(*) Æste trabalho constitui o Primeiro Capítulo do livro, a sair, *A Emoção Jurídica* (Ensaio sôbre a função legislativa).

(1) SÃO JOÃO, Evangelho, 8, 32.

velha questão, para assegurar a clareza da teoria que pretendo desenvolver. Serei breve, entretanto, nesta explanação preliminar.

Lembre-mo-nos de que o *sêr em ato* é o sêr que ja se perfez, já se concluiu. Dentro de sua ordem ou classe, é perfeito, está concluído. A semente em ato, a semente como semente, é o sêr perfeito.

Todo sêr em ato contém em si certas capacidades ou aptidões, que são as potências do sêr. Em consequência, todo sêr em ato pode ser considerado, não apenas na sua perfeição, mas como potência. O *sêr como potência* é o sêr considerado como sujeito da capacidade ou aptidão de se fazer diferente do que é. A semente como potência é a semente considerada apenas como sujeito capaz, por exemplo, de se transformar em planta.

Não se deve confundir o sêr *como* potência, cuja noção acaba de ser dada, com o sêr *em* potência. O *sêr em potência* não é mais do que mera *capacidade* ou *aptidão* de ser, capacidade ou aptidão esta realmente existente num sêr em ato. A planta em potência não é a planta nem a semente, mas é a capacidade ou aptidão de ser planta, capacidade ou aptidão realmente existente na semente.

Embora nenhum sêr possa estar, ao mesmo tempo, em potência e em ato (ser mera capacidade e ser o que é), todo sêr pode ser considerado, ao mesmo tempo, como ato (como o que é) e como potência (como sujeito realmente capaz de transformação e mudança).

A potência é sempre algo de imperfeito (não concluído, não acabado), porque não passa de capacidade ou aptidão que, embora realmente existente, ainda não foi exercida. A potência de ser planta, existente na semente, é imperfeita, relativamente à planta em ato.

Sendo imperfeito, o sêr em potência (a capacidade de ser planta, por exemplo) encontra sua perfeição no sêr em ato (na planta). O ato é a perfeição da potência. Mas, uma vez alcançada sua perfeição, o novo sêr atualizado já

traz em si a potência de outro ato (ou sêr). Todo sêr em potência aguarda, no seio de um sêr em ato, a hora de perfazer-se. Assim, a semente em ato, a semente como semente, é perfeita; mas a semente perfeita traz em si a potência de outro ato (ou sêr), porque na semente está a planta em potência, que aguarda sua hora de ser planta em ato.

A passagem da potência ao ato é o que se chama, simplesmente, *movimento*.

Em língua vulgar, o movimento é que recebe o nome de ato. Esta palavra tem, pois, dois sentidos. Em sentido estrito, ato, como expliquei, é o sêr perfeito e acabado dentro de sua ordem. Em sentido vulgar, ato é operação ou movimento. Como o movimento supõe um sêr que se movimenta, o sêr é considerado *ato primeiro*, e o movimento, *ato segundo*. O ato, neste último sentido, é designado, também, pela palavra *ação*.

Movimento é a operação de passar de um local para outro (*movimento exterior*), ou de uma forma para outra (*movimento interior*). Quando há movimento, um sujeito muda de lugar ou se transforma. Compreende-se, agora, que as potências são, sempre, potências de locomoção ou potências de transformação. A semente tem a aptidão de ser transportada de um local para outro, (movimento exterior), e a aptidão de se fazer planta (movimento interior).

O movimento interior é transformação *acidental* quando não implica transformação da substância do sêr que se movimenta. É o que sucede, por exemplo, quando a água passa da forma líquida para a forma gazoza, ou quando Pedro vê, pensa, estuda, sofre.

O movimento de ver transforma (altera) algo em Pedro, porque Pedro, em virtude dêsse movimento, passa do estado de quem não via um objeto para o estado de quem o vê. Mas êsse movimento é acidental, porque a substância de Pedro não é afetada por êle.

O movimento interior é transformação *substancial* quando uma substância se transforma em outra. É o que sucede, por exemplo, quando o cloro e o sódio se transformam em sal, e quando os alimentos se transformam em carne e sangue.

O movimento só é realizável porque o sêr, antes de movimentar-se, é tudo que êle é, mas não tudo que êle pode ser. Entre o sêr que êle é e o sêr que êle pode ser, há um intermediário, que é o *poder ser* ou *potência*. Antes do movimento, há o sêr em potência. O ferro frio é um ferro frio em ato. Mas no ferro frio, há um ferro quente em potência, ou seja, um ferro quente que ainda não é, mas que pode ser. E o movimento (transformação) do ferro frio ao ferro quente só é realizável porque, no ferro frio, existe a referida potência.

Sendo passagem da potência ao ato, todo movimento é o perfazimento do sêr que se movimenta. O sêr em potência é o ser imperfeito, porque é o sêr que pode ser, mas que ainda não é. Êsse sêr, transformando-se num sêr em ato, se perfaz: de imperfeito, passa a perfeito (concluído, acabado). Em conseqüência, todo movimento tende necessariamente, para a perfeição — para a perfeição dentro da ordem ou classe a que pertence o sêr em movimento. O ferro, uma vez quente, é um ferro quente perfeito, relativamente ao ferro quente em potência, existente no ferro frio.

Como tôdas as cousas do mundo se acham em contínuo movimento, tôdas as cousas tendem para a sua perfeição. Isto significa: tôdas as cousas tendem para seus fins, como o arbusto tende a ser arvore, a criança a ser homem, a intenção a ser obra, a inspiração a ser poesia. Tôdas as cousas aspiram ao domínio completo das formas que as definem. Se quisermos exprimir, num verbo, a lei do mundo, diremos: *perfazer-se*.

Mas essa lei opera de maneiras diferentes, conforme as cousas tenham ou não tenham consciência de seus fins. Os sêres procuram seus fins de maneira cega, se forem

inconscientes; intencionalmente, se forem dotados de conhecimento.

Nos domínios do mundo físico, a perfeição não parece ser um problema para os agentes. Nesse mundo, o fim de cada movimento é *imposto* ao agente, inelutavelmente, pela própria natureza das cousas. Em cada ato, germinam determinadas potências, que, em determinadas condições, desbrocharão, necessariamente, em determinados atos. (2) Assim é que a planta produzirá a flor, que contém o fruto em potência; e o fruto, uma vez produzido, o fruto em ato, contém, em potência, a semente que, uma vez em ato, contém a planta em potência.

Mas quê dizer do mundo em que os agentes escolhem, entre os fins possíveis, o fim que mais lhes apetece, para seus movimentos? Quê dizer do mundo em que a perfeição é um problema, porque é objeto de julgamento e eleição? Quê dizer, em suma, do mundo especificamente humano?

Costuma-se qualificar de *determinado*, o que é explicável, a qualquer título, por seus antecedentes. Quando o conseqüente não pode deixar de resultar do antecedente, nem deixar de ser tal como o antecedente o implica, a determinação é dita *necessária*. Quando o conseqüente,

(2) Não me ocuparei, nesta dissertação, com o indeterminismo que alguns cientistas modernos declaram haver descoberto em certos movimentos da matéria (teoria “quântica”). A física não parece ter chegado a conclusões muito seguras sobre este assunto. Os referidos cientistas passaram a considerar como indeterminados os fenômenos sub-atômicos que, embora esperados e suscetíveis de observação, não podem ser integralmente antevistos, porque nêles haveria um “*quantum*” de ação imprevisível. Mas a impossibilidade de se saber, com exatidão, como irá o fenômeno realizar-se, talvez não resulte de uma verdadeira indeterminação dos movimentos físicos, e sim, quem sabe, da insuficiência dos atuais meios de observação e medida. Seja como fôr, o indeterminismo físico, descrito por tais cientistas, não é auto-determinismo, uma vez que, segundo dizem, se assemelha ao *acaso*.

embora realizado, não é necessário (poderia não se ter verificado, ou não ser tal como é), a determinação é dita *contingente*.

No mundo em que os agentes deliberam sobre os fins a serem perseguidos, a determinação dos movimentos é contingente. Tal determinação é contingente porque a passagem da potência ao ato, a realização do movimento, depende, por parte do homem, de um julgamento da razão, em virtude do qual um fim, dentre outros, é apontado como o preferido; e depende, em segundo lugar, de uma ordem ou mandamento da vontade, que determina o movimento necessário para a consecução daquele fim. A contingência da determinação está em que a razão tem o poder de se liberar das determinações que lhe sejam estranhas, sujeitando-se, apenas, a sua própria lei; e está, também, em que a vontade, ao ordenar o movimento, não se acha sujeita, inelutavelmente, ao julgamento da razão.

Qual será a lei da razão? É próprio da razão a verificação de relações. Relacionando as cousas com os interesses humanos, a razão indica o que convém ao homem e repudia o que não lhe convém. (3) Tal é sua lei. A razão julga as cousas, tomando por critério os interesses do homem julgador. Eis porque dizemos que a razão, cujo critério é eminentemente subjetivo, não se acha dominado por determinações externas.

A vontade, por sua vez, não se prende, necessariamente, ao julgamento da razão, podendo ordenar, ou não, os movimentos racionalmente aconselhados. Poderá a vontade querer o contrário daquilo que a razão escolheu. Poderá a razão, por exemplo, escolher a água, e a vontade aderir ao vinho. Mas quando a vontade adere ao que a razão repudiou, a vontade se deixou subjugar por deter-

(3) Verificaremos adiante que as cousas julgadas convenientes ao homem chamam-se *bens*. Não quero empregar, ainda, no texto, a palavra *bem*, porque seu exato sentido só ficará assentado após a argumentação que vou desenvolver nos capítulos seguintes.

minações externas. Só é realmente autônoma a vontade que tem a força de superar as determinações externas, para orientar-se pela luz interna da razão.

O agente cujo movimento é ordenado pela vontade iluminada pela razão, se autodetermina. Ora, autodeterminação se chama *liberdade*.

O homem é um agente livre. (4) E agora já se compreende por que motivo dissemos que o homem não nasce livre.

O homem não nasce livre, porque a liberdade, sendo autodeterminação, exige, antes de tudo, conhecimento dos fins apresentados à ação humana, para que sobre êles a razão delibere. Não há liberdade sem conhecimento dos fins a atingir. O agente que não conhece seu fim — não o escolheu à luz da razão, não resolveu alcançá-lo pela energia da vontade — é, precisamente, o ser destituído de liberdade, como a pedra que cai em direção ao centro da terra. Ora, a consciência da criança recém-nascida é um livro em branco: mera potência, apenas desperta para o ato da vida. Vazia de conhecimentos, o recém-nascido não julga, não escolhe, não decide. Deixa-se levar, e seus primeiros movimentos não passam de reações automáticas dos mecanismos neuro-musculares, postos em ação pelos fatores que têm a propriedade de excitá-los.

Mas, em cada recém-nascido, dormita um homem livre. Pouco a pouco, os conhecimentos principiam a povoar a

(4) Neste trabalho, postulei a liberdade humana, a fim de entrar imediatamente na matéria que me propus versar. Tratei do problema da liberdade na Primeira Parte de meu livro *A Criação do Direito*. Dêle cuidarei, também, na *Ética* (Primeiro Volume, em preparo, de minha *Introdução à Ciência do Direito*). Aliás, diante de tal problema, o jurista só pode ter duas atitudes: ou *demonstra* a existência da liberdade humana, ou *postula* essa existência, porque, evidentemente, num mundo sem liberdade, o direito seria uma quimera e não valeria que se lhe dedicasse um minuto de esforço e de pensamento.

consciência. A razão põe-se a funcionar. A criança começa a ter preferências. A vontade acorda e se manifesta. E a liberdade se faz ato.

Não se pense, porém, que a liberdade desponta plena e completa, como cousa que nasce perfeita. Franzina e precária é a primeira liberdade dos homens, porque poucos e incertos são seus primeiros conhecimentos. Não pode ser muito livre quem ainda caminha nas trevas.

Dizemos que o homem se autodetermina, porque êle escolhe seus caminhos. Mas que caminhos há de o homem escolher?

O homem é um sêr vivo, e a vida tem suas exigências. A vida, em todos seus reinos, é interesseira e sedenta de expansão. Quem já não contemplou a luta pela vida nas árvores de uma floresta? É natural que a razão humana escolha os caminhos que sirvam os interêsses de sua vida, e despreze os demais. É natural que a vontade humana *queira* o que convém ao homem.

A questão colocada nesses têrmos parece não oferecer nenhuma dificuldade. Mas encaremo-la de mais perto. Abstratamente, o homem tende para o que lhe convém. Mas, concretamente, na vida de um certo homem, em cada momento e em cada circunstância, que é que a êsse homem convém? Que é que me convém neste exato momento? A liberdade do sêr humano depende, em todos os instantes de sua vida consciente, das respostas sucessivas que êle é forçado a dar, a essa indefectível pergunta. E nisto é que se cifra o problema humano da perfeição. No mundo não humano, tal problema não existe: a flôr será fruto, o fruto será semente, de maneira inelutável. Mas o homem poderá ser santo e poderá ser ladrão ou assassino. Se o homem não souber, verdadeiramente, o que lhe convém, ele facilmente se deixará iludir e se deixará tentar pelas falsas aparências, e facilmente optará pelo que, verdadeiramente, não lhe convém. Em abstrato, o homem escolhe sempre o que lhe convém; mas, em concreto, poderá escolher, enganado, o que não lhe convém. Uma tal escolha não deve

ser considerada como livre, porque a razão, ao exercer suas funções de relacionar as cousas com os interêsses ter-se-á ocupado com ilusões, trabalhando, sem querer, com critérios falsificados. Em vez de livre, a razão terá sido joguete das cousas. Não é livre, evidentemente, aquêlê homem que, desejando, fundamentalmente, como todos os homens, fazer o que lhe convém, age, por falta de conhecimentos verdadeiros, contra seus próprios interêsses, ou seja, contra seus desejos fundamentais.

A ignorância do que convém e do que não convém ao homem é incompatível com a liberdade. A existência da liberdade tem uma condição *sine qua non*: o conhecimento do homem por si próprio. “Conhece-te a ti mesmo” e terás realizado a primeira condição para ser livre. Outra condição existe, não há duvida: é a alforria da vontade, relativamente às determinações que não venham da razão. Seremos tanto mais livres quanto mais a vontade não seja serva dos instintos, dos hábitos e das paixões. A vontade deve ser reta, segundo a razão. Mas a condição fundamental da liberdade, sem a qual a retidão da vontade não tem sentido, continua sendo o conhecimento racional do homem em sua integralidade: conhecimento da natureza humana, conhecimento do composto hilemórfico, que é o mistério dessa natureza; conhecimento de suas tendências e inclinações, de seu temperamento e caráter, de suas aptidões e de seus sonhos, e, sobretudo, conhecimento dos fins em razão dos quais o homem luta, sofre, vive.

Eis porque Leão XIII, inspirado pelo citado texto de São João, escreveu: “O homem é feito livre pela verdade”. (5) Que luz irradiam estas palavras! A liberdade depende da verdade. Sim, a liberdade depende da conformidade entre o homem, como objeto de conhecimento, e a inteligência, como sujeito conhecedor. A liberdade depende dessa posse do homem por si próprio.

(5) LEÃO XIII, *Libertas*, 35.

Como tal posse resulta de mil e um fatores diferentes — disposições naturais, intuição, compreensão, experiência — ela não é idêntica em todos os homens. Estavam bem enganados os que proclamaram que todos os homens nascem igualmente livres! Os homens não nascem livres e, quando adquirem liberdade, jamais são igualmente livres. E como a posse plena e perfeita do homem por si próprio é mais um ideal do que uma realidade, a liberdade plena e perfeita se apresenta como um objetivo sedutor, que se busca alcançar, mas que nunca se atinge. A liberdade há de ser sempre potência de liberdade mais alta, e o homem poderá sempre progredir na interminável conquista de sua liberdade.

Num de seus mais belos livros, Maeterlinck (6) revela o poder da sabedoria na libertação do homem, ou seja, na subjugação do que parece existir de inevitável e fatal no destino humano. Com sua linguagem poética, que tem, às vezes, ressonâncias oraculares, diz: “À medida que adquirimos sabedoria, escapamos de alguns de nossos destinos instintivos. Há, em todo sêr, um certo desejo de sabedoria, que poderia transformar em consciência a maior parte dos acasos da vida. E o que foi transformado em consciência não pertence mais às potências inimigas”. Maeterlinck bem sabe que não há liberdade no mundo do instinto e que o instinto e a fatalidade andam sempre juntos: “êles se sustêm um ao outro e rondam, de mãos dadas, em tórno do homem desatento. Mas todo sêr que sabe diminuir nêle a fôrça cega do instinto, diminui, a sua volta, a fôrça do destino”. Para vencer a fôrça do destino, que é, em suma, a resultante de tôdas as fôrças que oprimem o homem, Maeterlinck evoca a “fôrça interior” do homem, que não é mais do que “um sentimento de si próprio”. “Não se está a salvo dos caprichos do acaso, não se é feliz e forte, a não ser no seio da própria consciência”. E o grande

(6) MAURICE MAETERLINCK, *A Sabedoria e o Destino*, VII e XII.

pensador afirma: “Um ser só cresce na medida em que êle aumenta sua consciência, e sua consciência aumenta á medida que êle cresce”.

Tendo consciência de si, conhecendo-se, o homem sabe o que verdadeiramente lhe convém. Em consequência, buscará livrar-se de tudo quanto o afasta de seus fins autênticos. Êle sabe como e por que meios deve realizar-se. E, na árdua conquista da liberdade, lutará pela sua perfeição.

Para o homem, tornar-se livre significa aperfeiçoar-se, e aperfeiçoar-se significa tornar-se livre.

É preciso bem entender o sentido dessas afirmações.

Verificamos que todo movimento tende para a perfeição, porque todo movimento é a passagem da potência ao ato. O movimento humano também é passagem da potência ao ato. Mas êsse ato visado pela vontade, embora seja uma perfeição, pode ser, ou não ser, a perfeição *do homem*. Procurarei explicar-me com mais clareza.

Perfeição é o estado de um sêr que se acha completo e concluído. É, pois, o estado de um sêr que realiza, de maneira completa, o tipo correspondente a sua natureza. O ato é sempre a perfeição da potência, porque é, sem mais nem menos, o sêr renunciado pela aptidão de o produzir. Neste sentido é que a planta é a perfeição da semente, e o homem livre a perfeição da criança; ou, mais precisamente, que a planta em ato (o sêr planta) é a perfeição da planta em potência (da aptidão de ser planta), e que o homem livre em ato (o sêr homem livre) é a perfeição do homem livre em potência (da aptidão de ser homem livre).

Mas o que é perfeição dentro de uma ordem de sêres pode não ser perfeição em outra ordem. Assim, a planta, que é perfeição da semente, não é perfeição da pedra. Análogamente, o crime, que é perfeição da intenção criminosa, não é perfeição do homem normal.

Uma ação humana poderá realizàr, de maneira completa, o tipo ideal de um crime. Êsse crime terá alcançado sua perfeição. Mas se tivermos o crime na conta de um atentado à natureza humana, êsse crime, que é perfeição na ordem dos crimes, é degradação na ordem humana. O crime pode ser perfeito, mas, por meio dessa perfeição, o homem, que o praticar, terá se afastado de sua própria perfeição, porque terá violentado sua natureza.

Ora, o homem que violenta sua natureza, afastando-se de sua perfeição, não fêz, é claro, o que lhe convém. Não fazendo o que lhe convém, o homem não se autodeterminou, porque foi forçado, por fatôres estranhos, a agir contra seus verdadeiros interêsses e contra suas tendências profundas, embora isto nem sempre seja evidente. Em conclusão: não foi livre. Eis porque afirmei que conquistar a liberdade é tender para a perfeição.

E cada vez melhor se compreende a importância da verdade na vida dos homens. Qual é a *verdadeira* natureza humana? Qual é o tipo correspondente a essa natureza *verdadeira*? Onde se encontra, para o homem, a perfeição *verdadeira*, aquela que não precisa mais se perfazer, porque é a mais alta? Onde se acha a perfeição que não seja potência de mais nenhum ato, mas seja o ato ideal, para que devem tender tôdas as potências humanas? Onde está a perfeição suprema, em razão da qual o homem é?

Cada homem, no fundo de sua consciência, responderá a estas perguntas, de acôrdo com a *verdade* que êle houver descoberto. Para uns, quem sabe, a perfeição será a santidade; para outros, a realização da beleza; para outros, a conquista do poder, da notoriedade, da glória; para outros, o enriquecimento. Mas outros, talvez, coloquem a perfeição na prática do crime perfeito.

Para cada homem, o problema da perfeição é o problema principal, porque resolver o problema da perfeição é escolher os rumos da vida, e, portanto, tomar posição diante do destino. Conforme seja a verdade em que se acreditar sôbre a perfeição, a vida será esta ou aquela.

Eis porque Santo Agostinho exclamava: “Amai! Amai sempre! Mas cuidado! Vêde lá o que ides amar!”. Cícero dizia que fixar o verdadeiro fim do homem é decidir sobre tôdas as cousas; quando o homem conhece seu destino, encontrou o caminho da vida e a regra de todos os deveres. (7)

Este livro vai versar, precisamente, as regras dos deveres humanos.

O homem é um sêr livre — mas, por tôda parte, acha-se sujeito a leis. Quê determinação é esta que limita a liberdade humana? Quê é uma lei? De onde e como surge? Quê autoridade a formula? Quê poder a impõe? Por quê motivo a lei obriga?

E eis-nos a encarar, frente a frente, as questões que constituem o objeto do presente ensaio.

(7) CÍCERO, *De Finibus*, V, 6.